

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.243.515 - RJ (2018/0013652-0)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : MARCELO DAVIDOVICH  
ADVOGADOS : MARCELO DAVIDOVICH (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS - RJ053782  
NATALIA FERNANDES RANGEL SALVADOR - RJ154754  
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
ADVOGADOS : ANDRÉ LUIZ VIVIANI DE ABREU E OUTRO(S) - RJ116896  
FERNANDA VALADARES DE OLIVEIRA - RJ178822

**DECISÃO**

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. É PACÍFICO, NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, O ENTENDIMENTO DE QUE É POSSÍVEL AO PATRONO DA CAUSA, EM SEU PRÓPRIO NOME, REQUERER O DESTAQUE DA VERBA HONORÁRIA, MEDIANTE JUNTADA AOS AUTOS DO CONTRATO DE HONORÁRIOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 22, § 4º., DA LEI 8.906/1994, ATÉ A EXPEDIÇÃO DO MANDADO DE LEVANTAMENTO OU PRECATÓRIO" (AGRG NO ARESP. 447.744/RS, REL. MIN. HERMAN BENJAMIN, DJE 27.3.2014). AGRAVO DO PARTICULAR DESPROVIDO.*

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto por MARCELO DAVIDOVICH com fulcro no art. 105, inciso III, alínea *a* da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª. Região, assim ementado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. LEVANTAMENTO. HONORÁRIOS CONTRATUAIS. ART. 22, §4º. DA LEI 8.960/94. OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMPRIDA. CRÉDITO NA CONTA FUNDIÁRIA DA AUTORA. FALECIMENTO. SUSPENSÃO. NECESSÁRIA A HABILITAÇÃO DOS HERDEIROS.*

*1 - Agravo de instrumento interposto em face de decisão que determinou, em razão da suspensão do processo nos termos do art. 265, I do CPC, que se aguarde a habilitação dos herdeiros da parte autora para examinar a postulação do advogado quanto ao recebimento dos honorários contratuais.*

*2 -A Lei 8.906/94 assegura que se o advogado fizer juntar aos autos o contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, o pagamento será feito diretamente, com a dedução da quantia a ser*

*recebida pelo constituinte, salvo se este provar que já os pagou (art. 22, §40. da Lei 8.906/94).*

*3 - Contrato de honorários advocatícios juntado aos autos depois de satisfeita a obrigação pelo réu, e de informado o falecimento da autora, com a suspensão do curso do processo.*

*4 -A análise da pretensão de levantamento de parte de valores depositados em conta IP fundiária de falecido pressupõe a habilitação dos herdeiros, cuja esfera jurídica pode ser afetada pela decisão do Juízo a quo.*

*5 - Agravo conhecido e improvido. Decisão mantida (fls. 115).*

2. Os Embargos de Declaração opostos foram rejeitados (136/139).

3. Em seu Apelo Raro, o recorrente, ora agravante, aponta ofensa aos arts. 22, § 4o., e 23 da Lei 8.906/1994, insurgindo-se contra o indeferimento da expedição de alvará para satisfação da verba honorária advocatícia contratada, tal como postulado. Sustenta que o advogado tem o direito de receber seus honorários nos próprios autos que os originaram.

4. É o breve relatório.

5. O Recurso não merece prosperar.

6. O Tribunal de origem consignou:

*Em relação aos honorários contratuais, o Estatuto da OAB assegura que se o advogado juntar aos autos o contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, o pagamento será feito diretamente, com a dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, salvo se este provar que já os pagou (art. 22, §4º da Lei 8.906/94).*

*No caso em tela, deflagrada a execução da obrigação de fazer pela parte autora (fls. 56), a CEF foi intimada (fls. 58) e comprovou o cumprimento, às fls. 59/65.*

*Depois de satisfeita a obrigação pela CEF e de informar o falecimento da parte autora, pedindo a suspensão do curso do processo (em outubro de*

2007; fls. 70) o advogado ora agravante peticionou nos autos (em setembro de 2008; fls. 163) e requereu a juntada do contrato de honorários advocatícios e a expedição de alvará de levantamento, em 20% do crédito apontado às fls. 150.

O crédito mencionado, de R\$ 4.319,71, foi feito na conta de FGTS da autora da ação, que já havia falecido à época do pedido feito pelo advogado.

Por tal razão, acertadamente o Juízo a quo determinou que se aguardasse a habilitação dos herdeiros, às fls. 74 e reiterou às fls. 77, na decisão ora agravada.

Na medida em que a pretensão do advogado versa sobre o levantamento de parte de valores que se encontram depositados em conta de FGTS de pessoa falecida, o deferimento ou indeferimento do pedido pressupõe a integração à lide daqueles cuja esfera jurídica possa ser afetada pela decisão do Juízo, quais sejam os herdeiros do titular (fls. 112).

7. Tal entendimento está em conformidade com a orientação desta Corte, incidindo a Súmula 83/STJ à espécie. Confirmam-se, a propósito, os precedentes a seguir:

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. DESTAQUE DA VERBA SOBRE O VALOR PRINCIPAL. POSSIBILIDADE. MOMENTO. MANDADO DE EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO OU LEVANTAMENTO. ART. 22, § 4º, DA LEI 8.906/1994.

1. É pacífico, no Superior Tribunal de Justiça, o entendimento de que é possível ao patrono da causa, em seu próprio nome, requerer o destaque da verba honorária, mediante juntada aos autos do contrato de honorários, nos termos do artigo 22, § 4º, da Lei 8.906/94, até a expedição do mandado de levantamento ou precatório.

2. Agravo Regimental não provido AgRg no AREsp. 447.744/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 27.3.2014).

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FUNDEF. VERBAS PARA EDUCAÇÃO. JUNTADA DO CONTRATO ESCRITO DA VERBA HONORÁRIA. ART. 22, § 4º, DA LEI 8.906/1994. RETENÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ.

1. *Discute-se nos autos a possibilidade de execução de honorários de contrato de prestação de serviços diretamente no processo de execução principal, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, nos termos dos arts. 22, § 4º, e 23 da Lei 8.906/94.*

2. *É pacífico, no Superior Tribunal de Justiça, o entendimento de que é possível ao patrono da causa, em seu próprio nome, requerer o destaque da verba honorária, mediante juntada aos autos do contrato de honorários, nos termos do artigo 22, § 4º., da Lei 8.906/94, até a expedição do mandado de levantamento ou precatório" (AgRg no AREsp 447.744/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/3/2014, DJe 27/3/2014.).*

3. *A hipótese dos autos possui peculiaridade de que a constrição se dá em processo em que se discute verbas do FUNDEF. Questão discutia no REsp 1.509.457/PE está pendente de publicação.*

4. *A previsão constitucional de vinculação à educação da verba do FUNDEF não retira do patrono o direito de retenção dos honorários, pois a sua atuação decorre das verbas educacionais. Recurso especial improvido (REsp. 1.591.198/AL, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 25.8.2016).*

2 2 2

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. OFENSA AO ART. 22, §4º, DA LEI 8.906/94. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. PAGAMENTO DIRETO. INEXISTÊNCIA DE DEPÓSITO JUDICIAL E DA CONSEQUENTE EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE LEVANTAMENTO OU PRECATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.**

1. *O §4º. do art. 22 da Lei 8.906/94 enuncia que: "Se o advogado fizer juntar o seu contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, o juiz deve determinar que lhe sejam pagos diretamente, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, salvo se este provar que já os pagou". Em contrapartida, se o constituinte renuncia o pagamento do montante que lhe era devido, não há depósito judicial nem expedição de mandado de levantamento ou precatório, de modo que se torna inviável aplicar o dispositivo em comento, sob pena de se estender relação jurídica contratual firmada entre cliente e advogado a terceiro.*

2. *Recurso especial não provido* (REsp. 1.330.611/DF, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 15.10.2014).

8. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo do Particular.

9. Publique-se.

10. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 10 de junho de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR

